

/7

**Classificação**  
**da publicação “Alerta”**

(Aprovada em reunião plenária de 6 de Abril de 2005)

**I. Introdução**

1. O Jornal “Alerta” solicitou, em 14 de Março último, à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), ao abrigo do disposto na alínea o) do art.º 4º da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto, a classificação da publicação “Alerta”.
2. Para instrução deste pedido foram enviados a esta AACS:
  - a) Os exemplares n.º 15, 16 e 18 respectivamente de 14 de Janeiro, 28 de Janeiro e 25 de Fevereiro de 2005;
  - b) Uma declaração daquele periódico onde se constata que o mesmo é posto à venda nas bancas de Ovar, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e vale de Cambra;
  - c) No seu Estatuto Editorial, a publicação define-se como “regional”. Assumindo, desde logo, respeitar os princípios deontológicos da imprensa e a ética profissional, de modo a não poder prosseguir apenas fins comerciais, nem abusar da boa fé dos leitores, encobrindo ou deturpando a informação.
  - d) Pela consulta dos três exemplares pode constatar-se que este jornal é editado quinzenalmente;

**II. Análise**

1. Nos termos legais esta AACS é competente para a classificação da presente publicação
2. Nos termos do n.º 1 do art.º 11º e do n.º 1 do art.º 12º da Lei 2/99, de 13 de Janeiro, as publicações são classificadas com periódicas quando são

*“editadas em série contínua sem limite de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo” e portuguesas se “editadas em qualquer parte do território português (...), sob a marca e responsabilidade de editor português”.*

3. Segundo nos n.ºs 1 e 2 do art.º 13º do mesmo diploma legal, são doutrinárias as publicações que pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem visem predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso” e informativas “as que visem predominantemente a difusão de informação e notícias”.
4. O mesmo artigo, nos seus n.ºs 3 e 4 acrescenta que são de informação geral as publicações que “*tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informação de carácter não especializado*” e especializadas “*as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, artística ou desportiva*”.
5. Quando à expansão, o art.º 14º, do mesmo diploma, nos seus n.º 1 e 2, define como publicações de âmbito nacional as que “*tratando predominantemente de temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional*”, e de âmbito regional “*as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais*”.
6. Assim, compulsado o referido periódico e toda o processo remetido, conclui-se que estamos em face de um jornal editado quinzenalmente e em território português. Visa a informação não especializada dos seus leitores. Os seus temas predominantes são de interesse regional (especialmente assuntos cujo horizonte geográfico são dos concelhos de Ovar, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e vale de Cambra).

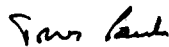
### **III. Conclusão**

Nestes termos, a Alta Autoridade para a Comunicação social delibera, de acordo com o disposto no art.º 4, al. o) da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto, classificar a publicação “Alerta” como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional”.

*Esta deliberação foi aprovada, por unanimidade, com votos de Manuela Matos (Relatora), Armando Torres Paulo, Artur Portela, Sebastião Lima Rego, João Amaral, Maria de Lurdes Monteiro, Carlos Veiga Pereira e José Manuel Mendes.*

**Alta Autoridade para a Comunicação Social, 6 de Abril de 2005**

**O Presidente**



**Armando Torres Paulo  
(Juiz-Conselheiro)**

MM/CL